



Estado do Amazonas

PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

Edital de chamada pública nº 90.001/2026, para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural conforme rege o §1º do art.14 da Lei Federal nº 11.947/2009, alterada pela Lei nº 14.660, de 23/2023 e a Lei nº 15.226/2025, de 30/09/2025 e Resoluções FNDE n.04/2026, no âmbito do PNAE.

Processo administrativo nº 20262003.0002.02.004

A Prefeitura Municipal de Maués, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Quintino Bocaiuva, nº249, inscrita no CNPJ sob nº 04.282.869/0001-27, representada neste ato pela Prefeita Municipal, a Sra. Macelly Cristina de Souza Veras, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no art.14, da Lei nº 11.947/2009; alterada pela Lei nº 14.660, de 23/2023 e a Lei nº 15.226/2025, art. 24, inciso I; o art. 27 e o art. 30 e seus parágrafos, da Resolução FNDE nº 04/2026, através da Secretaria Municipal de Educação, realiza chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para atendimento do cardápio da alimentação escolar, referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mediante as condições estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

Os interessados que se enquadrarem na regulamentação da Lei Federal nº 11.326, de 24/06/2006, seus Decretos e Portarias regulamentadoras, na Lei nº 11.947/2009, alterada pela Lei nº 14.660, de 23/2023 e a Lei nº 15.226/2025, de 30/09/2025, art. 29 ao 39 da Resolução FNDE nº 04/2026, podem participar na forma de Grupos Formais, Grupos Informais, Fornecedores Individuais e Empreendedor Familiar Rural, devendo apresentar a documentação para habilitação e projeto de venda, no período de 07/05/2026 até 26/05/2026, no Departamento de Licitação e Contratos da Prefeitura de Maués, localizada Rua Quintino Bocaiuva, nº 244, Centro, horário de funcionamento de 08: as 12:00 e de 14:00 às.17:00.horas.

Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital de chamada pública e seus anexos deverá ser protocolado na sede do Departamento de Licitações e Contratos, localizada a Rua Quintino Bocaiúva, nº 249, bairro Centro - CEP 69.190-045, cidade de Maués/AM, até 01 (um) dia antes da data de fixada para audiência de análise da documentação de habilitação e seleção dos projetos de venda, fixada para o dia 27/05/2026, as 09:00 horas.

Importante: o preço por produto/item no projeto de venda deve ser o mesmo informado no termo de referência anexo do edital, a qual consta inserido o custo com os insumos. As quantidades de cada produto/item, descritas no projeto de venda, deverão ser apenas aquelas de produção própria de cada agricultor familiar.

1. OBJETO.

O objeto da presente chamada pública é a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para o atendimento do cardápio da alimentação escolar, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), conforme especificações dos gêneros alimentícios no termo de referência anexo a esse edital.



PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

2. DOS PREÇOS

2.1 Conforme rege o art. 31 da Resolução FNDE nº 04/2026 (ou outra que a substitua), foi calculado a média de preço por produto/item junto a fornecedores locais, o qual consta nesse edital, e deverá constar nos projetos de venda, no contrato e na nota fiscal.

2.2 A média de preço definida pela EEx nesse edital de compras será o preço pago por item/produto ao fornecedor da agricultura familiar pela venda dos gêneros alimentícios.

2.3 No momento de realização da pesquisa de preço, a EEX informou aos fornecedores da agricultura familiar todos os detalhes da entrega dos produtos para que possam calcular os insumos. Na composição dos preços, os fornecedores já inseririam todos os insumos necessários, tais como a despesas com frete, local de entrega, periodicidade de entrega, embalagens, encargos e quaisquer outros necessários para o fornecimento do produto.

2.4 Na pesquisa de preço não foi considerado preços consultados de sites governamentais, conforme prescrito no § 6º, art. 28, da Resolução FNDE nº 04/2026 (ou outra que a substitua).

2.5 Não foi realizada pesquisa de preço junto a mercados atacadistas e empresas que utilizam o modelo de produção economia em escala, pois esses setores não refletem o preço praticado no mercado local, buscam sempre o menor preço num setor que produz e comercializa em grandes escalas, a qual não pertencem a cadeia de desenvolvimento da agricultura familiar fomentada pela legislação do PNAE.

2.6 Na impossibilidade de a pesquisa ser realizada em âmbito local, esta deve ser realizada ou complementada em âmbito das regiões geográficas imediatas, intermediárias, estadual ou nacional, nessa ordem, conforme estabelece o IBGE 2017 (Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias);

2.7 Nesse edital consta a aquisição somente de produtos convencionais orgânicos/agroecológicos.

a) A EEx na compra de produtos orgânicos e/ou agroecológicos realizou uma pesquisa de preço específica para esses itens, em locais específicos de produção/comercialização de produtos orgânicos e/ou agroecológico.

3. LIMITE MÁXIMO DE VENDA POR CAF, POR UNIDADE FAMILIAR DE PRODUÇÃO AGRÁRIA (UFPA), POR ANO CIVIL, POR ENTIDADE EXECUTORA.

3.1 O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deve respeitar o valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por CAF/ano civil/entidade executora, e deve obedecer às seguintes regras:

I – para a comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados devem respeitar o valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por CAF /ano civil/EEx;

II – para calcular o valor máximo a ser contratado (VMC) na comercialização com grupos formais deve-se considerar o resultado do número de agricultores familiares associados/cooperados, munidos de CAF, inscritos na CAF Pessoa Jurídica, integrante do projeto de venda com produção própria de cada item/produto, multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula:

$VMC = NAF \times R\$ 40.000,00$ (sendo: VMC: valor máximo a ser contratado. NAF: nº de agricultores familiares (CAF's, inscritos na CAF jurídica, com produção própria de cada item/produto, integrante do projeto de venda).

§ 1º Cabe às cooperativas e/ou associações que firmarem contratos com a EEx a responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda nos casos de comercialização com os grupos formais.



Estado do Amazonas

PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

§ 2º Cabe às EEx a responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda nos casos de comercialização com os grupos informais e agricultores individuais. A estas, também compete o controle do limite total de venda das cooperativas e associações, nos casos de comercialização com grupos formais.

4. FONTE DE RECURSO.

4.1 O recurso financeiro a ser utilizado, nesse processo de compra pública, deve ser exclusivamente os valores repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE.

4.2 Os recursos financeiros repassados pelo FNDE no âmbito do PNAE devem ser utilizados exclusivamente na aquisição de gêneros alimentícios. A aquisição de qualquer item ou serviço, com exceção dos gêneros alimentícios, deverá estar desvinculada do processo de compra do PNAE.

a. A Entidade Executora (EEX) que optar por adquirir as refeições, mediante terceirização de serviços, somente poderá utilizar os recursos repassados pelo FNDE à conta do PNAE para o pagamento dos gêneros alimentícios, ficando as demais despesas necessárias ao fornecimento dessas refeições a seu cargo, com recursos próprios. Neste caso, a EEx deve realizar processos de compras distintos, sendo:

- 1º Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de preparo e distribuição da Alimentação Escolar, compreendendo o fornecimento de todos os insumos (material de limpeza, descartáveis, gás, etc.), armazenamento, preparo e distribuição nas unidades escolares, logística, supervisão, prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, provisão e reposição pela depreciação dos equipamentos, utensílios e móveis utilizados, limpeza e conservação das áreas abrangidas pelo fornecimento da alimentação escolar;
- 2º Aquisição de gêneros alimentícios, atendendo a pauta de compra elaborada pelo profissional nutricionista, o Responsável Técnico do Programa, na Entidade Executora, em consonância com o disposto da Resolução CD/FNDE nº 04/2026 (ou outra que venha substituí-la);
- 3º Aquisição de gêneros alimentícios oriundos diretamente da agricultura familiar, no intuito de cumprir a obrigatoriedade disciplinada no art. 14 da Lei nº 11.947/2009, este regulamentado pelos artigos 29 ao 39 da Resolução CD/FNDE nº 04/2026 (ou outra que venha substituí-la).

I- As despesas decorrentes da aquisição do objeto desta contratação serão cobertas pelos recursos previstos no orçamento para os exercícios abrangidos pelo prazo de validade do Contrato Administrativo cujos programas de trabalho e elemento de despesas específicas serão informados tempestivamente pelo Ordenador de Despesa, a saber:

Unidade Orçamentária: 02.004 Secretaria Municipal de Educação,

Projeto/Atividade: 12.361.0062.2011 - Encargos Com o Programa de Merenda Escolar do Ensino Fundamental,

Elemento de Despesa: 3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita, Fonte de Recursos: 1.552.0000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE),

Fonte de Recursos: 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos,

Unidade Orçamentária: 02.004 Secretaria Municipal de Educação,

Projeto/Atividade: 12.366.0062.2083 - Encargos com o Programa FNDE - PNAE EJA, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de consumo,

Fonte de Recursos: 1.552.0000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa, Nacional de Alimentação Escolar (PNAE),



Estado do Amazonas

PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

Fonte de Recursos: 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos,

Unidade Orçamentária: 02.004 Secretaria Municipal de Educação,

Projeto/Atividade: 12.366.0062.2084 - Encargos com o Programa FNDE - PNAE AEE Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de consumo,

Fonte de Recursos: 1.552.0000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE),

Fonte de Recursos: 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos,

Unidade Orçamentária: 02.004 Secretaria Municipal de Educação

Projeto/Atividade: 12.365.0070.2085 - Encargos com o Programa FNDE - PNAE Creche Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de consumo

Fonte de Recursos: 1.552.0000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Fonte de Recursos: 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Unidade Orçamentária: 02.004 Secretaria Municipal de Educação

Projeto/Atividade: 12.365.0070.2087 - Encargos com o Programa FNDE - PNAE Pré-Escola Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de consumo

Fonte de Recursos: 1.552.0000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Fonte de Recursos: 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Unidade Orçamentária: 02.004 Secretaria Municipal de Educação

Projeto/Atividade: 12.361.0062.2088 - Encargos com o Programa FNDE - PNAE MAIS EDUCAÇÃO-FUNDAMENTAL

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de consumo,

Fonte de Recursos: 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos.

5. DOS FORNECEDORES

Os fornecedores nesse processo de compra pública serão:

I – aqueles que se enquadram nos requisitos estabelecidos nos incisos I, II, III e IV, nos parágrafos 1º e 2º do art. 3º da Lei Federal nº 11.326, de 24/07/2006, seus Decretos e Portarias regulamentadoras;

II - os assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA);

III - os beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (Terra Brasil); e

IV - as demais Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA), os empreendedores familiares rurais e as demais formas associativas de organização da agricultura familiar que explorem imóvel agrário em área urbana.

5.1 Os fornecedores da agricultura familiar poderão comercializar sua produção para o PNAE na forma de grupos formais, grupos informais, fornecedores individuais, e como empreendedores familiares rurais.



Estado do Amazonas

PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

5.2 Não poderá participar, direta ou indiretamente, do edital de chamada pública ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria. Essa vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

6. PARA O PROCEDIMENTO DE HABILITAÇÃO DOS FORNECEDORES.

6.1 Para o procedimento de habilitação em chamada pública para o PNAE os proponentes devem apresentar, obrigatoriamente, os seguintes documentos:

6.2 02 (dois) envelopes não transparentes, lacrados, separados, identificados em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados "PROJETO DE VENDA", em 01 (uma) via, preferencialmente, e como "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO", em 01 (uma) via, conforme abaixo:

<p>ENVELOPE Nº01- DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº90.001/2026 PROPONENTE: (NOME) CPF: DAP ou CAF Nº</p>

<p>ENVELOPE Nº01- DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº90.001/2026 PROPONENTE: (NOME) CPF: DAP ou CAF Nº</p>

6.3 Os Fornecedores Individuais, detentores de CAF Pessoa Física, não organizados em grupo:

- I – a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- II – o extrato da CAF Pessoa Física, emitido nos últimos 60 dias;
- III – o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura do agricultor participante;
- IV – a documentação em atendimento aos requisitos higiênico-sanitários, conforme for o produto a ser comercializado, de acordo com os normativos vigentes, regulamentado no art. 40 a 42, desta Resolução;
- V – a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda.

6.4 Os Grupos Informais de agricultores familiares, detentores de CAF Pessoa Física, organizados em grupo (dois ou mais agricultores):

- I – a prova de inscrição no CPF;
- II – o extrato da Pessoa Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;
- III – o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural para Alimentação Escolar com assinatura de todos os agricultores participantes;
- IV – a documentação em atendimento aos requisitos higiênico-sanitários, conforme for o produto a ser comercializado, de acordo com os normativos vigentes, regulamentado no art. 40 a 42, desta Resolução;
- V – a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda.



Estado do Amazonas

PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

Folhas: _____
Visto: _____

6.5 Dos Grupos Formais, detentores de CAF Pessoa Jurídica:

- I – a prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- II – o extrato da CAF Pessoa Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;
- III – a prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- IV – as cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;
- V – o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, assinado pelo seu representante legal;
- VI – a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados;
- VII – a relação dos agricultores familiares participantes do projeto de venda, contendo: nome, nº CAF, valor e produto;
- VII – a declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados;
- VIII – a documentação em atendimento aos requisitos higiênico-sanitários, conforme for o produto a ser comercializado, de acordo com os normativos vigentes, regulamentado no art. 40 a 42, desta Resolução.

6.6 Dos Empreendimentos Familiares Rurais:

- I – a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF, e/ou prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- II – o extrato da CAF Pessoa Jurídica do Empreendimento Familiar Rural;
- III – a prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- IV – a cópia do estatuto social ou contrato social do empreendimento familiar rural, e/ou documento análogo;
- V – o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, assinado pelo seu representante legal;
- VI – a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados;
- VII – a relação dos agricultores familiares participantes do projeto de venda, contendo: nome, nº CAF, valor e produto;
- VII – a declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados;
- VIII – a documentação em atendimento aos requisitos higiênico-sanitários, conforme for o produto a ser comercializado, de acordo com os normativos vigentes, regulamentado no art. 40 a 42, desta Resolução.

6.7 Na audiência de habilitação e seleção dos produtos da agricultura familiar, sendo constatada a ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos, poderá ser concedido abertura de prazo para sua regularização de até 05 dias, conforme análise da comissão julgadora.

7. PARA O PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO

Para o procedimento de seleção por item dos projetos de venda (modelos nos Anexos I a IV) dos proponentes habilitados, estes devem ser divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo



Estado do Amazonas

PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

de projetos das Regiões Geográficas Imediatas, grupo de projetos das Regiões Geográficas Intermediárias, grupo de projetos do estado, e grupo de projetos do país.

7.1 Entende-se por local, no caso de CAF Pessoa Física, o município indicado na respectiva declaração e/ou cadastro.

7.2 Entende-se por local, no caso de CAF Pessoa Jurídica, o município onde houver a maior quantidade, em números absolutos, de CAFs em seus respectivos extratos.

7.3 Deve-se observar a factibilidade quanto a infraestrutura de entrega dos produtos e distância geográfica do local de produção dos agricultores familiares relacionados no projeto, principalmente, quando se tratar de produtos perecíveis.

7.4 Entre os grupos de projetos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I – o grupo de projetos de fornecedores locais tem prioridade sobre os demais grupos;

II – o grupo de projetos de fornecedores de Região Geográfica Imediata tem prioridade sobre o de Região Geográfica Intermediária, o do estado e o do País;

III – o grupo de projetos de fornecedores da Região Geográfica Intermediária tem prioridade sobre o do estado e do país;

IV – o grupo de projetos do estado tem prioridade sobre o do País.

7.5 Em cada grupo de projetos, deve-se observar a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I – os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

a) para efeitos do disposto neste inciso, devem ser considerados Grupos Formais e Grupos Informais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, no mínimo, 50%+1 (cinquenta por cento mais um) dos cooperados/associados das organizações produtivas respectivamente, conforme identificação na(s) CAF(s);

b) no caso de empate entre Grupos Formais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e/ou indígenas, em referência ao disposto no § 4º inciso I deste artigo, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados. Para empate entre Grupos Informais, terão prioridade os grupos com maior porcentagem de fornecedores assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas, conforme identificação na(s) CAF(s).

II – os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831/2003, o Decreto nº 6.323/2007 e devido cadastro no MAPA;

III – os Grupos Formais sobre os Grupos Informais, estes sobre os Fornecedores Individuais, e estes, sobre Cooperativas Centrais da Agricultura Familiar (detentoras de CAF Jurídica conforme Portarias do MAPA que regulamentam a CAF);

a) no caso de empate entre Grupos Formais, em referência ao disposto no § 4º inciso III deste artigo, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados/ cooperados, conforme CAF Jurídica;

b) em caso de persistência de empate, deve ser realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, pode-se optar pela divisão no fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

IV – Caso a EEx não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas devem ser complementadas com os projetos dos demais grupos, de acordo com os critérios de seleção e priorização estabelecidos no caput deste artigo e nos § 1º e 2º;



Estado do Amazonas

PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

7.6 Previamente à abertura das chamadas públicas, poderão ser realizadas audiências públicas abertas à participação de todos os interessados com vistas a coletar subsídios e sanear eventuais dúvidas do processo de aquisição dos gêneros da agricultura familiar para o PNAE;

6.7 A relação dos proponentes dos projetos de venda será apresentada em sessão pública e registrada em ata, ao término do prazo de apresentação dos projetos. O resultado desse processo de compra será publicado na imprensa oficial (Diário Oficial do estado/município) e por outros meios.

8. DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS.

Ficam dispensadas as amostras dos produtos como critério de seleção desta Chamada Pública.

9. ENTREGA DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS.

9.1 Os gêneros alimentícios a serem entregues ao contratante devem ser os definidos nesse edital de chamada pública, podendo ser substituídos quando ocorrer a necessidade, desde que:

- a) os produtos substitutos constem na mesma chamada pública, com realização de pesquisa de preço previamente ao edital de compras;
- b) sejam correlatos nutricionalmente;
- c) a substituição deve ser atestada pelo Responsável Técnico do PNAE, com acompanhamento e respaldo do CAE;
- d) Com a substituição realizada, o parecer do nutricionista e a justificativa do fornecedor solicitando a substituição do produto devem ser anexados ao processo de compra, a nota fiscal deverá ser do produto substituído, realmente comercializado;
- e) Por se tratar de substituição, a quantidade a ser substituída deverá ser equivalente ao preço do produto anterior.

9.2 As entregas dos gêneros alimentícios serão de responsabilidade dos fornecedores da agricultura familiar contratados diretamente na Cantina Central da Merenda Escolar, situado a Estrada Miri Moraes, nº 526, Bairro Ramalho Junior.

9.3 Os produtos contratados não poderão ter sua composição (receita) alterados ao longo do contrato.

9.4 O produto apresentado que, eventualmente, estiver em desacordo com as especificações técnicas de qualidade descritos neste Edital e/ou com algum resultado insatisfatório em quaisquer das avaliações de qualidade realizadas não será recebido pelo (a) contratante.

9.5 As datas e horários das entregas dos produtos devem ser rigorosamente cumpridos, de forma que não aconteça entregas fragmentadas e fora do horário de funcionamento dos locais receptores. No caso de ocorrer imprevistos, o fornecedor deverá comunicar o responsável por receber os produtos e combinar uma nova data de entrega.

9.6 A entrega deverá ser atestada pela assinatura do termo de recebimento, esse documento deve ser assinado em duas vias, pelo fornecedor (ou seu representante) e pelo representante da contratante, ficando cada um com uma cópia do mesmo. Esse termo deve registrar todos os produtos, quantidades e valores respectivamente, pois comprova que os produtos entregues são exatamente aqueles objetos do contrato assinado entre as partes.

9.7 As quantidades de cada produto deverão ser conferidas por meio de pesagem em balança. As quantidades a serem registradas no termo de recebimento deverão ser as quantidades conforme peso apresentado na balança, não apresentando diferença inferior ou superior a 500 gramas.

9.8 Os produtos que, após a inspeção, estiverem em desacordo com as especificações e exigências higiênico-sanitárias estabelecidas pela legislação vigente da Anvisa e do MAPA, não serão recebidos pelo (a) contratante. Esta deverá registrar no termo de recebimento os produtos que estão em desacordo com a legislação vigente e informar da sua substituição em até 72 horas, sem ônus para a mesma, sob pena



PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

de aplicação de penalidades caso isto não ocorra. Após esse prazo, a contratante não será obrigada a receber a reposição dos gêneros alimentícios.

a. Se o prazo estabelecido for insuficiente para o atendimento, seja apresentada justificativa formal pelo fornecedor que poderá ser acolhida ou não. Não havendo a reposição do produto o (a) contratada (o) não receberá pelos mesmos.

9.9 Se houver entrega de produtos orgânicos, deverão cumprir ao disposto na Lei nº 10.831 de 23/12/2003, regulamentada pelo Decreto nº 6.323, de 27/12/2007 para registro e renovação de registro de matérias primas e produtos de origem animal e vegetal orgânicos junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

10 DO CONTRATO.

10.1 Os contratos pactuados entre o ente público e os fornecedores da agricultura familiar serão regidos pelas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, conforme a Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021 e suas Instruções Normativas.

10.2 Os contratos e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

10.3 Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos e de termos aditivos, e demais comunicações legais entre as partes.

10.4 A Administração convocará regularmente o proponente vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

a. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração;

b. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os proponentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo proponente vencedor.

c. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital de compras sem convocação para a contratação, ficarão os proponentes liberados dos compromissos assumidos.

10.5 Independentemente do prazo de duração, o contrato deverá conter cláusula que estabeleça o índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, e poderá ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

10.6 O prazo de vigência da contratação é de 07 (sete) meses contados da data da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

a. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

10.7 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

a. É proibido à Administração retardar imotivadamente a execução de obra ou serviço, ou de suas parcelas, inclusive na hipótese de posse do respectivo chefe do Poder Executivo ou de novo titular no órgão ou entidade contratante.



PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

10.8 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

10.9 São partes integrantes do contrato a ser assinado, como se transcritos estivessem, o presente edital, seus anexos e quaisquer complementos, os documentos, propostas e informações apresentadas pelos fornecedores da agricultura familiar e que deram suporte à classificação da chamada pública.

10.10 Os fornecedores da agricultura familiar vencedores do certame devem manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital de chamada pública, devendo comunicar imediatamente à contratante qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

10.11 É vedada a subcontratação do objeto desse edital de chamada pública, ou seja, a produção dos gêneros alimentícios deve ser própria de cada fornecedor da agricultura familiar inserido no projeto de venda e contratado.

11 PAGAMENTO.

11.1 O pagamento será realizado até o 15º dia útil do mês subsequente, após a última entrega do mês, através de depósito em conta bancária do contratado, conforme informado no projeto de venda, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, vedada à antecipação de pagamento, para cada faturamento. Os documentos fiscais de que trata este artigo devem ser emitidos em nome da EEx e identificados com o nome do FNDE e do PNAE.

11.2 Fica vedado o atraso no pagamento dos (as) contratados (as), uma vez que o repasse do recurso federal realizado pelo FNDE é mensal, salvo atraso desde órgão federal.

11.3 Fica vedada a solicitação de documentação aos contratados como condição de pagamento, uma vez que, toda documentação já fora apresentada no procedimento de habilitação.

11.4 Nos casos em que o agricultor familiar, o empreendedor familiar rural ou suas organizações ainda não estiverem aptos a receber pagamento por meio de cartão magnético, será permitido à EEx e/ou à UEx realizar transferência bancária, por meio da Conta Cartão PNAE, conforme § 5º, art. 49, da Resolução do FNDE nº 04/2026, (ou aquela que venha a substituí-la).

12 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 Quaisquer atos ou ações praticadas por empregados, prepostos ou contratados da contratante, que resultarem em qualquer espécie de dano ou prejuízo para a Administração Pública e/ou para terceiros, serão de exclusiva responsabilidade da contratada.

12.2 São de responsabilidade da contratada eventuais demandas judiciais de qualquer natureza, contra ela ajuizadas, relacionadas ao presente edital e à execução do contrato.

12.3 Todo procedimento de compra da agricultura familiar para o PNAE já foi analisado e aprovado pela Procuradoria Federal do FNDE, conforme o art. 29 ao 39 da Resolução FNDE nº 04/2026, inclusive os modelos anexo I ao IX (ou aqueles que o substituírem), sendo assim, dispensável a análise jurídica da EEx, pois constitui ato da autoridade jurídica máxima competente, que considerar a baixa complexidade da contratação, a utilização de minuta de edital, pesquisa de preço, projeto de venda e instrumento de contrato, previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico federal, art. 53 (...) § 5º NLL.

12.4 É facultado à comissão ou à autoridade superior, em qualquer fase desta chamada pública, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.



Estado do Amazonas

PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

12.5 As normas disciplinadoras da chamada pública serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6 A EEx poderá revogar o presente chamada pública por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

12.7 Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

12.8 Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dias de expediente regular e/ou teletrabalho no órgão ou na entidade.

12.9 O presente edital e seus anexos, bem como todo o processo de compra por meio de chamada pública estão disponíveis pelo portal <https://portal.licitanet.com.br/> ou <https://transparenciamunicipalaam.org.br/> ou [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP \(www.gov.br\)](https://portal.nacionaldecontratacoes.gov.br/), para visualização e cópias.

12.10 As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão às linhas de defesa conforme art. 169 ao art. 173 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.11 O foro para dirimir questões relativas a esta Chamada Pública será o da Justiça de Comarca de Maués, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12. Anexos

Anexo I - Modelo de projeto de venda- Grupos formais,

Anexo II- Modelo de projeto de venda- Grupos Informais,

Anexo III- Modelo de projetos de venda- Grupos Individuais,

Anexo IV- Modelo para projeto de venda - Empreendimento Familiar Rural,

Anexo V – Minuta de Contrato,

Anexo VI – Modelo de Declaração de produção própria- Grupos Informais ou Fornecedores Individuais,

Anexo VII – Modelo de Declaração de produção própria- Grupos Formais,

Anexo VIII- Modelo de Declaração de limite de DAP/CAF- Grupos Formais,

Anexo IX - Modelo de Termo de Condições de Entrega,

Anexo X- Termo de Referência,

Anexo XI- Quadro de Distribuição de Alimentos para Escolas Zona Urbana

Maués, Am, 30 de abril de 2026.


MANOEL CARDOSO NETTO
Diretor do Departamento de Licitação
Portaria nº 023/2025



Estado do Amazonas

PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

Folhas: _____
Visto: _____

ANEXO -I

Modelo para projeto de venda para Grupos Formais

Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para o PNAE - Chamada Pública nº 90.001/2026.

I – Identificação dos Fornecedores - Grupo Formal

1. Nome Grupo Formal:	2. CNPJ:	
3. E-mail Grupo formal:	4. DDD/Fone:	
5. Endereço:	6. Município /UF:	
7. CEP:	8. Nº CAF Jurídica:	
9. Nº de associados/cooperados:	10. Nº de associados/cooperados com CAF Física:	
11. Nº de associados/cooperados, com CAF Pessoa Física, participante do projeto de venda:		
11. Banco:	12. Agência:	13. Conta Corrente:
14. Nome do representante legal:	15. CPF:	
16. Endereço:	17. Município/UF:	
18. DDD/Fone:	19. E-mail:	

II – Identificação da Entidade Executora do PNAE/FNDE/MEC

1. Nome da Entidade:	2. CNPJ:
3. Município/UF:	4. Fone:
5. Endereço:	6. E-mail:
7. Nome do representante:	8. CPF:

III – Relação de Produtos

1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4. Preço de Aquisição		5. Cronograma de entrega dos produtos
			4.1. Unitário	4.2. Total	
1					
2					
3					
4					

IV – Relação de Fornecedores e Produtos

1. Nome Agricultor (a) Familiar:	2. Produto	3. Unidade	4. Quantidade	5. Preço de aquisição/unidade	6. Valor Total
	1				
	2				
Valor total agricultor				R\$	



Estado do Amazonas

PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

Folhas: _____
Visto: _____

2. Nome Agricultor (a) Familiar	2. Produto	3.Unidade	4.Quantidade	5.Preço de aquisição/unidade	6.Valor Total
2. Nome Agricultor (a) Familiar	1			R\$	R\$
	2			R\$	R\$
	3			R\$	R\$
Valor total agricultor				R\$	

2. Nome Agricultor (a) Familiar	2. Produto	3.Unidade	4.Quantidade	5.Preço de aquisição/unidade	6.Valor Total
2. Nome Agricultor (a) Familiar	1			R\$	R\$
	2			R\$	R\$
	3			R\$	R\$
	5				
Total do projeto				R\$	

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento próprio de cada agricultor familiar.

Local:	Ass. Representante Grupo	Fone:.....
Data:	Formal:
	E-mail:

ANEXO -II

3.1 Modelo para projeto de venda para Grupos Informais

Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para o PNAE - Chamada Pública nº 90.001/2026.

I – Identificação dos Fornecedores - Grupo Informal

1. Nome do representante do Grupo Informal:

2. CPF:

3. Fone:

4. E-mail:

5. Endereço:

6. Município/UF:

7. CEP

Nº de participantes do grupo informal:

II – Relação dos fornecedores participantes



Estado do Amazonas

PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

Folhas: _____
Visto: _____

1. Nome do Agricultor(a) Familiar	2.CPF	3.CAF	4. Banco	5.Nº Agência	6. Nº Conta Corrente
1					
2					
3					
5					
6					

III– Identificação da Entidade Executora do PNAE/FNDE/MEC

1. Nome da Entidade:	2.CNPJ:	3. Fone:
4. Endereço:		5. Município:
6. Nome do representante:	7. CPF:	8. E-mail:

V – Totalização por Produto

1.Produto	2.Unidade	3.Quantidade de	4.Preço/Unidade	5.Valor Total por Produto	6.Cronograma de Entrega dos Produtos
1					
2					
3					
4					

Valor total do projeto:

R\$

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local:.....

Data:.....

Assinatura do Representante do Grupo Informal:

.....

....

Fone:.....

.....

E-mail:.....

.....

Local e Data

Agricultores (as) Fornecedores (as) do Grupo Informal

Assinatura

1

2

3

4

5

6

7

8

ANEXO - III

3.2 Modelo para projeto de venda para Fornecedoros Individuais



Estado do Amazonas

PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

Folhas: _____
Visto: _____

Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para o PNAE - Chamada Pública nº 90.001/2026.

I- Identificação do Fornecedor (a) Individual

1. Nome:	2. CPF:
3. Endereço:	4. Município/UF:
6. DDD/Fone:	7. E-mail (quando houver):
9. Banco:	10. Nº da Agência:
	11. Nº da Conta Corrente:

II- Relação Dos Produtos

1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4. Preço de aquisição		5. Cronograma de entrega dos produtos
			Unitário	Total	
1					
3					
4					
5					
6					
7					
8					

III – Identificação da Entidade Executora do PNAE/FNDE/MEC

1. Nome:	2. CNPJ:	3. Município/UF:
5. Endereço:	6. Fone EEx:	
7. Nome do Representante Legal da EEx:	8. CPF do Representante Legal:	
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.		
Local:	Assinatura do Fornecedor Individual	CPF:
Data:	

ANEXO -IV

3.3 Modelo para projeto de venda para Empreendimento Familiar Rural

Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para o PNAE - Chamada Pública nº 90.001/2026.

I – Identificação do Fornecedor - Empreendimento Familiar Rural (EFR)

1. Nome Empreendimento Familiar Rural:	2. CNPJ:
3. E-mail Empreendimento Familiar Rural:	4. DDD/Fone:
5. Endereço:	6. Município/UF:
7. CEP:	8. Nº CAF Jurídica:



Estado do Amazonas

PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

Folhas: _____
Visto: _____

9. Nº de integrantes do Empreendimento Familiar Rural:

11. Banco:

12. Agência:

13. Conta Corrente:

14. Nome do representante legal:

15. CPF:

16. Endereço:

17. Município/UF:

18. DDD/Fone:

19. E-mail:

II – Identificação da Entidade Executora do PNAE/FNDE/MEC

1. Nome da Entidade:

2. CNPJ:

3. Município/UF:

4. Fone:

5. Endereço:

6. E-mail:

7. Nome do representante:

8. CPF:

III – Relação de Produtos

1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4. Preço de Aquisição		5. Cronograma de entrega dos produtos
			4.1. Unitário	4.2. Total	
1					
2					
3					

IV – Relação de Fornecedores e Produtos

1. Nome Agricultor (a) Familiar:	2. Produto	3. Unidade	4. Quantidade	5. Preço de aquisição/unidade	6. Valor Total
	1				
	2				
	3				
	4				
Valor total agricultor				R\$	

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento próprio de cada agricultor familiar.

Local:

Ass. Representante Grupo Formal:

Fone:.....

Data:

E-mail:

ANEXO -V

Minuta de contrato administrativo público com Agricultura Familiar



Estado do Amazonas

PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

Contrato Administrativo nº...../202...
Processo administrativo nº...../202...
Edital de chamada pública nº...../202...

A Prefeitura Municipal de Maués, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua, n.º, inscrita no CNPJ sob nº....., representada neste ato pelo (a) Sr.(a) Prefeito (a) Municipal,, nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DOU de de de, doravante denominado **Contratante**, e por outro lado o (a) Sr.(a), (nome do grupo formal ou fornecedor individual), situado à Av., nº....., em/....., inscrita no CNPJ sob nº, (se grupo formal), ou CPF sob nº (se grupos informais e fornecedor individual), doravante denominado (a) **Contratado (a)**, fundamentados nas disposições da Lei Federal nº 11.947, de 16/06/2009, alterada pela Lei nº 14.660, de 23/2023 e a Lei nº 15.226/2025, de 30/09/2025 e Resoluções vigentes do FNDE, do edital de chamada pública nº....., de .../.../202/...; da legislação de contratos administrativos públicos, art. 89 a art. 194 da Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021 e Instruções Normativas afins, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, resolvem celebrar o presente contrato administrativo público mediante as cláusulas que seguem:

1 Cláusula Primeira - Objeto

1.1 O objeto do presente contrato de fornecimento é a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar, para alunos da rede de educação básica pública, com recursos repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, nas condições estabelecidas no edital de chamada pública nº....., de .../.../202/..., e seus anexos, a qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

1.2 Objeto da contratação:

Descrição Produto	Unidad e	Quantida de	Períod o entreg a	Preço de aquisição	
				Preço unitário divulgado chamada pública	Preço total
1				R\$	R\$
2				R\$	R\$
3				R\$	R\$
4				R\$	R\$
5				R\$	R\$
6				R\$	R\$
7				R\$	R\$
Valor total do Contrato					R\$

Nota explicativa: A tabela acima é meramente ilustrativa, devendo ser ajustada conforme o caso concreto.

1.3 São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4 O descritivo dos itens e pesquisa da média de preço realizada pela Entidade Executora conforme rege Resoluções do FNDE;



Estado do Amazonas

PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

Folhas: _____
Visto: _____

- 1.5 O edital de chamada pública, a autorização de contratação conforme rege o art. 14 da Lei nº 11.947, de 16/06/2009, alterada pela Lei nº 14.660, de 23/2023 e a Lei nº 15.226/2025, de 30/09/2025;
- 1.6 Anexos com os documentos dos proponentes e avisos;
- 1.7 Os (s) projetos de venda dos proponentes;
- 1.8 Ata de adjudicação da seleção e ato de publicização do resultado em órgão oficial.

2. Cláusula Segunda – Valor do contrato e pagamento

- 2.1 Para viabilizar a execução do objeto desse contrato será utilizado somente dotação orçamentária repassada pelo FNDE, no âmbito do PNAE, ação orçamentária nºou nota de empenho nº(indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica).
- 2.2 Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios conforme item 1.2 deste documento, o (a) contratado (a) receberá o valor total de R\$. (.....).
- 2.3 Nos casos em que o (a) agricultor (a) familiar, o (a) empreendedor (a) familiar rural ou suas organizações ainda não estiverem aptos a receber pagamento por meio de cartão magnético, será permitido à EEx e/ou à UEx realizar transferência bancária, por meio da Conta Cartão PNAE, conforme § 5º, art. 49, da Resolução do FNDE nº 06/2020, (ou aquela que venha a substituí-la).
- 2.4 O (a) contratante, após o recebimento do Termo de Recebimento e notas fiscais, ter tramitado o processo para instrução e liquidação, efetuará o pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior, em nome do (a) contratado (a), no Banco Agência nº, conta corrente nº
- 2.5 Não haverá atrasos no pagamento dos (as) fornecedores (as) da agricultura familiar, uma vez que, os repasses do FNDE ocorrem mensalmente, e os (as) agricultores (as) dependem desse valor para reaplicar na produção.
- 2.6 Não será efetuado qualquer pagamento ao (a) contratado (a) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 2.7 O (a) contratante que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do (a) contratado (a) fornecedor, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais dos recursos do FNDE em tempo hábil.
- 2.8 No ato do pagamento não deverá ser solicitada comprovação da manutenção das condições iniciais de habilitação quanto à situação de regularidade fiscal e demais documentação exigida no edital da chamada pública nº, de ../.../202...

3. Cláusula Terceira: Limite de venda do fornecedor da agricultura familiar

- 3.1 O limite individual de venda do (a) agricultor (a) familiar e do (a) empreendedor (a) familiar rural para a alimentação escolar deve respeitar o valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por CAF PF/ano civil/entidade executora, e deve obedecer às seguintes regras:
 - 3.1.1. para a comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados devem respeitar o valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por CAF Pessoa Física (PF)/ano civil/Entidade Executa;
 - 3.1.2. para calcular o valor máximo a ser contratado (VMC), na comercialização com grupos formais, deve-se considerar o resultado do número de agricultores familiares associados/cooperados, munidos de CAF Pessoa Física, inscritos na CAF Pessoa Jurídica (PJ), integrante do projeto de venda com produção própria de cada item/produto, multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula:

VMC = NAF x R\$ 40.000,00 (sendo: VMC: valor máximo a ser contratado. NAF: nº de agricultores familiares (CAF PF, inscritos na CAF Jurídica, com produção própria de cada item/produto, integrante do projeto de venda).

- 3.2 Cabe às cooperativas e/ou associações que firmarem contratos com a EEx a responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda nos casos de comercialização com os grupos formais.



PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

3.3 Cabe às EEx a responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda nos casos de comercialização com os grupos informais e agricultores individuais. A estas, também compete o controle do limite total de venda das cooperativas e associações, nos casos de comercialização com grupos formais.

4. Cláusula Quarta – Vigência e Prorrogação.

4.1 O prazo de vigência da contratação é de .../.../202... a .../.../202..., contados do(a) ..., na forma do art. 105 da Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021.

4.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

4.3 No momento da contratação e a cada exercício financeiro, deverá se observar a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando o contrato ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.4 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. Cláusula Quinta – Da entrega dos gêneros alimentícios

5.1 Os gêneros alimentícios serão entregues conforme cronograma do item 1 deste documento. O recebimento dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das notas fiscais de venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega;

5.2 As notas fiscais apresentadas deverão ser emitidas em nome e no CNPJ da Entidade Executora do PNAE (município/estado);

5.3 Os custos com fretes, cargas e descargas dos produtos adquiridos são de responsabilidade dos (as) contratados (as);

5.4 No ato da entrega, os alimentos deverão estar embalados de acordo com as especificações estabelecidas no edital, respeitando também as quantidades estabelecidas para cada alimento;

5.5 Os alimentos serão inspecionados no ato da entrega e aqueles que não se adequarem às especificações serão devolvidos e deverão ser repostos no prazo de 48 horas;

5.6 A troca de alimentos que apresentarem qualquer tipo de problema relacionado à qualidade dos mesmos, quando dentro do prazo de validade, deverá ser realizada pelos (as) contratados (as).no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da comunicação do fato;

5.7 O não cumprimento das determinações do edital de chamada pública quanto às entregas, quantidades e qualidade dos alimentos, submete o bloqueio dos pagamentos pela (o) contratante, até que o (a) contratado (a) fornecedor solucione as pendências;

5.8 As embalagens de um modo geral devem ser secas, limpas, livres de qualquer matéria estranha, ser resistentes e conferir proteção ao produto. Os materiais utilizados internamente na embalagem devem ser novos e de boa qualidade de forma a evitar danos aos produtos. Os papéis envoltórios, selos, rótulos e/ou etiquetas devem ser inócuos, inodoros e as tintas e colas devem ser atóxicas;

5.9 Não será permitido, nas embalagens, emendas ou remendos que ocasionem a modificação do espaço interno original;

5.10 Não será permitido o reaproveitamento de embalagem que tenha sido utilizada para o acondicionamento de defensivos agrícolas, fertilizantes, rações, similares ou alimentos;

5.11 Nenhum componente da embalagem (matéria-prima e acessórios) poderá conter resíduos prejudiciais ao produto acondicionado e/ou a saúde humana;

5.12 Os materiais utilizados nas embalagens devem estar em conformidade com as normas e recomendações de saúde e higiene e devem ser capazes de proteger os produtos embalados;

5.13 O quantitativo de alimentos de cada entrega poderá ser alterado pelo (a) contratante quando houver mudança no calendário escolar ou por motivo de força maior, comunicando em tempo hábil ao (a) contratado (a);



PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

5.14 Para entrega de produtos orgânicos, deve-se cumprir o disposto na Lei nº 10.831 de 23/12/2003, regulamentada pelo Decreto nº 6.323, de 27/12/2007 para registro e renovação de registro de matérias primas e produtos de origem animal e vegetal orgânicos junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

5.15 Para entrega de produtos de origem animal, deve-se possuir documentação comprobatória de Serviço de Inspeção, podendo ser municipal, estadual ou federal.

6. Cláusula Sexta - Das obrigações e responsabilidade da (o) contratante.

6.1 Cumprir e fazer cumprir as disposições deste contrato;

6.2 6.2 Comunicar o (a) contratado (a) todas e quaisquer ocorrências relacionadas ao objeto do contrato;

6.3 6.3 Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo (a) contratado (a);

6.4 Emitir, decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, no prazo de 1 (um) mês para tomada de decisão, admitida a prorrogação motivada por igual período, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

6.5 Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por meio de seus representantes, intervindo nos casos previstos em lei e na forma deste contrato, visando proteger o interesse público;

6.6 Autorizar os pagamentos de faturas, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para fiel execução do objeto do contrato;

6.7 Efetuar pagamento ao (a) contratado (a) de acordo com a forma e prazo estabelecido nesse contrato;

6.8 Conduzir eventuais procedimentos administrativos de readequação dos preços contratados e aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado no contrato;

6.9 Designar e apresentar ao (a) contratado (a) o responsável pela fiscalização do cumprimento do contrato;

6.10 O (a) contratante deverá manter em seus arquivos, em boa guarda e organização, pelo prazo de cinco anos, a partir da conclusão da análise da respectiva prestação de contas pelo FNDE e da aprovação da prestação de contas anual do FNDE/MEC, pelo TCU, os documentos referentes à prestação de contas, juntamente com todos os comprovantes de pagamentos efetuados com recursos do PNAE, ainda que a execução esteja a cargo das respectivas unidades escolares. Esses documentos deverão ser disponibilizados, sempre que solicitado, ao TCU, ao FNDE, ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao CAE.

7. Cláusula Sétima – Das obrigações e responsabilidades do (a) contratado (a).

7.1 O (a) contratado (a) se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da agricultura familiar ao (a) contratante conforme descrito no item 1 desse contrato;

7.2 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições para a habilitação e qualificação exigidas no edital de chamada pública;

7.3 Garantir a qualidade do(s) produto(s), obrigando-se a repor, no local onde esteja armazenado, aquele que apresentar defeito dentro do prazo de validade;

7.4 Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desse contrato;

7.5 Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

7.6 Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados o (a) contratante ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto do contrato;



PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

7.7 Comunicar por escrito, ao fiscal designado pela (o) contratante para fiscalizar e acompanhar a execução contratual, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada e prestar os esclarecimentos necessários;

7.8 Cumprir a legislação sanitária expedidas pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

7.9 Guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das notas fiscais de venda, ou congênere, dos projetos de venda, contrato e demais documentos afins, estando à disposição para se necessário comprovação;

7.10 Orientar, se necessário, a equipe do (a) contratante quanto à correta armazenagem dos produtos;

7.11 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

7.12 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

7.13 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

8. Cláusula Oitava – Recolhimento das contribuições previdenciárias.

8.1 A Entidade Executora do PNAE quando comprar gêneros alimentícios de grupos informais e fornecedores individuais (produtores rurais pessoas físicas), ficam obrigadas a reter e recolher a contribuição devida pelo Produtor Rural Pessoa Física na qualidade de sub-rogada da obrigação, por força do art. 30, inciso IV, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, em inciso IV e V, do artigo 159, da Normativa RFB nº 2.110/2022.

8.2 A Entidade Executora quando comprar gêneros alimentícios de grupos formais da agricultura familiar, a responsabilidade pela retenção e pelo recolhimento é das cooperativas ou associações, por força art. 30, inciso IV, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, visto que estes adquirem de produtores rurais pessoas físicas.

9. Cláusula Nona – Do acompanhamento e da fiscalização do contrato.

9.1 O acompanhamento e fiscalização será exercido pelo fiscal deste contrato o (a) Sr., CPF nº (cargo) que ficará disponível para responder ao (a) contratante e ao (a) contratado, ao Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e outros atores sociais.

9.2 Na ausência do fiscal do contrato conforme item 9.1, o substituto será o (a) Sr. CPF nº, (cargo).

13 Cláusula Décima – Da publicação.

13.1 A publicação do extrato do presente contrato deverá ser providenciada pelo (a) contratante em até dias subsequente ao da sua assinatura, no Diário Oficial da União e demais sítios eletrônicos oficiais;

13.2 A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia desse contrato e de seus aditamentos, e deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de sua assinatura.

14 Cláusula Décima Primeira – Das prerrogativas da administração pública

14.1 Entre as prerrogativas concedidas para a administração pública, no regime jurídico dos contratos, consta a possibilidade de:

- a. modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do (a) contratado (a);
- b. extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados pela Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021;
- c. fiscalizar sua execução;
- d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
- e. ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:



PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

1. risco à prestação de serviços essenciais;
2. necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

11.2 As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do (a) contratado (a);

14.2 Na hipótese prevista na alínea 'a' do item 11.1, deste documento, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

12. Cláusula Décima Segunda – Da execução do contrato

12.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e legislação vigente, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2 É proibido ao (a) contratante retardar imotivadamente a entrega dos produtos, conforme cronograma do item 1.2 desse documento, inclusive na hipótese de posse do respectivo chefe do Poder Executivo ou de novo titular no órgão ou entidade contratante.

12.3 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

13. Cláusula Décima Terceira - Da garantia contratual

13.1 Não será exigida garantia contratual.

14. Cláusula Décima Quarta - Da alteração do contrato e preços

14.1 O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - Unilateralmente pela (o) contratante:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021.;

II - por acordo entre as partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

14.2 Na hipótese de reequilíbrio econômico-financeiro, o direito à revisão de preços pode ocorrer a qualquer tempo, desde que comprovado o expressivo aumento de preços decorrente de fatores imprevisíveis ou, se previsíveis, de consequências incalculáveis, a teor do que está previsto no art. 124, II, alínea "d", da Lei 14.133/21, por acordo entre as partes.

14.3 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do item 15.1, deste documento, o (a) contratado (a) será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento). Essas alterações unilaterais não poderão transfigurar o objeto da contratação.



PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

14.4 Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do (a) contratado (a), a (o) contratante deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

14.5 A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021.

14.6 Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

14.7 Os registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;

IV - empenho de dotações orçamentárias.

14.7 O prazo para resposta ao (à) contratado (a) sobre o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será dedias.

15 Cláusula Décima Quinta – Do reajuste

15.1 Independentemente do prazo de vigência desse contrato, considerando a data-base vinculada à data do orçamento, o reajustamento de preço seguirá:

I – O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), calculado pelo IBGE, e/ou

II – O Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), divulgado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e calculado com base em outras três taxas: Índice de Preços por Atacado (IPA), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e Índice Nacional do Custo da Construção (INCC), com data-base vinculada à data do orçamento.

III – O prazo para resposta ao (à) contratado (a) quanto ao pedido de reajuste de preço será dedias.

16 Cláusula Décima Sexta – Da extinção e nulidade do contrato

16.1 Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações descritas no art. 137 ao art. 139, da Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021.

16.2 Constatada irregularidade no procedimento de chamada pública ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação dos aspectos descritos no art. 147 e art. 148 da Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021.

16.3 A nulidade não exonerará a (o) contratante do dever de indenizar o (a) contratado (a) pelo que houver executado até a data em que for declarada ou tornada eficaz, bem como por outros prejuízos regularmente comprovados, desde que não lhe seja imputável, e será promovida a responsabilização de quem lhe tenha dado causa.

16.4 Nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa.

17. Cláusula Décima Sétima - Das infrações e sanções administrativas



PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

17.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de chamada pública por irregularidades ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

17.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3 Dos atos da (o) contratante cabem recurso conforme disciplinado no art. 165 ao art. 168 Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021;

17.4 O (a) contratante ou o (a) contratado (a) será responsabilizado administrativamente pelas infrações descritas no art. 155, com as respectivas sanções descritas no art. 156 ao art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021.

18. Cláusula Décima Oitava - Da sustentabilidade ambiental

18.1 Esse contrato será executado respeitando os critérios de sustentabilidade ambiental, relacionados a menor utilização de recursos naturais em seus processos produtivos, menor presença de materiais perigosos ou tóxicos, maior vida útil, com possibilidade de reutilização ou reciclagem, e geração de menor volume de resíduos.

18.2 Compete ao (à) contratante e ao (à) contratado (a), no que couber, atender a matéria regida pelo art. 144 Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021.

18.3 O (a) contratado (a) se responsabiliza administrativamente, civilmente e penalmente por qualquer dano causado pela produção e entrega dos gêneros alimentícios ao meio ambiente, podendo responder, inclusive, perante ao (a) contratante, pelos eventuais prejuízos causados ao interesse público.

19. Cláusula Décima Nona - Dos meios alternativos de resolução de controvérsias

19.1 Poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem. Controvérsias relacionadas a direitos patrimoniais disponíveis, questões relacionadas ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, ao inadimplemento de obrigações contratuais por quaisquer das partes e ao cálculo de indenizações.

19.2 A arbitragem será sempre de direito e observará o princípio da publicidade.

19.3 Os contratos poderão ser aditados para permitir a adoção dos meios alternativos de resolução de controvérsias.

19.4 O processo de escolha dos árbitros, dos colegiados arbitrais e dos comitês de resolução de disputas observará critérios isonômicos, técnicos e transparentes.

20. Cláusula Vigésima - Da legislação aplicável

20.1 Na execução desse contrato serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 04/09/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

20.2 A execução desse contrato será regido pela Lei Federal nº 11.947, de 16/06/2009, alterada pela Lei nº 14.660, de 23/2023, e a Lei nº 15.226/2025, de 30/06/2025, Resoluções vigentes do FNDE e edital de chamada pública nº..., de .../.../202/...; pela legislação de contratos administrativos públicos, art. 89 a art. 194 da Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021 e Instruções Normativas afins, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

20.3 Os casos omissos serão decididos pelo (a) contratante, de acordo com a legislação aplicável a execução de contratos administrativos públicos, subsidiariamente às normas e princípios gerais dos contratos.



Folhas: _____
Visto: _____

Estado do Amazonas

PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

21. Cláusula Vigésima Primeira – Do foro

21.1 É competente o Foro da Seção Judiciáriapara dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato, que não possam ser resolvidos pela conciliação e pelos meios alternativos de resolução de controvérsias.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo indicadas.

.....
Contratado (individual ou Grupo Informal)

.....
Contratado (Grupo Formal)

.....
Prefeita Municipal de Maués

Testemunhas:

1.....

2.....



Estado do Amazonas

PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

Folhas: _____
Visto: _____

ANEXO - VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR

PRODUÇÃO PRÓPRIA PARA GRUPOS INFORMAIS OU FORNECEDORES **INDIVIDUAIS**

DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA (CHAMADA PÚBLICA Nº _____)

Eu, _____, CPF nº _____ e **CAF** física ativa nº _____, declaro, para fins de participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE da Prefeitura Municipal de Maués, que os gêneros alimentícios relacionados no projeto de venda em meu nome são oriundos de produção própria.

Local, ____/____/____

Assinatura



Estado do Amazonas

PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

ANEXO -VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR

PRODUÇÃO PRÓPRIA **GRUPOS FORMAIS**

Eu, _____ representante da Cooperativa/Associação
_____, com CNPJ
nº _____ e **CAF** Jurídica nº
_____ declaro, para fins de participação no Programa
Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que os gêneros alimentícios relacionados no
projeto de venda são oriundos de produção dos cooperados/associados que possuem **CAF**
física e compõem esta cooperativa/associação.

Local, ____/____/____

Assinatura

Folhas: _____
Visto: _____



Estado do Amazonas

PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

Folhas: _____
Visto: _____

ANEXO -VIII

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO CONTROLE DO ATENDIMENTO DO LIMITE INDIVIDUAL DE VENDA DOS COOPERADOS/ASSOCIADOS (**GRUPOS FORMAIS**)

O(A) (nome do Grupo Formal) _____, CNPJ nº _____, **CAF** jurídica nº _____ com sede _____, neste ato representado(a) por (nome do representante legal de acordo com o Projeto de Venda) _____, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº _____, CPF nº _____, nos termos do Estatuto Social, DECLARA que se responsabilizará pelo controle do limite individual de venda de gêneros alimentícios dos Agricultores e Empreendedores de Base Familiar Rural que compõem o quadro social desta Entidade, no valor de R\$ **40.000,00 (vinte mil reais)** por **CAF** ANO CIVIL/ ENTIDADE EXECUTORA referente à sua produção, considerando os dispositivos da Lei nº 11.947/2009 alterada pela Lei nº 14.660/2023 e pela Lei nº 15.226/2025 e da Resolução nº 04/2026 que regem o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e demais documentos normativos, no que couber.

Local, ____/____/____

Assinatura



Estado do Amazonas

PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

ANEXO - IX

Folhas: _____
Visto: _____

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÕES DE ENTREGA

O(A), _____, pessoa
(nome do Grupo Formal) jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o
nº....., com sede na
.....CEP....., na cidade de, neste
ato representado(a) por.....(nome do representante legal) de acordo com o
projeto de venda.....(nacionalidade).....(estado civil).....,
(profissão), portador (a) do RG nº....., e inscrito no CPF nº....., residente e
domiciliado na,CEP....., na cidade de, nos
termos do estatuto social, DECLARA, sob pena de lei, que tem condições de efetuar a entrega dos
produtos cotados na CHAMADA PÚBLICA Nº90.001/2026, em meios de transporte adequados e
em condições corretas de acondicionamento, temperatura, embalagem e demais exigências
previstas e necessárias de proteção contra contaminação e deterioração dos gêneros alimentícios,
considerando os dispositivos da Lei nº 11.947/2009, na Resolução FNDE nº04/2026 e suas
alterações e demais normas que regem o Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE, no
que couber, no sentido de garantir a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários.

Maués, AM.....de.....de 2026.

Nome da
Assinatura do representante legal



Estado do Amazonas

PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

Folhas: _____
Visto: _____

ANEXO -X

TERMO DE REFERÊNCIA

O presente instrumento tem por finalidade definir e consolidar os elementos que norteiam a contratação de Agricultor Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural, para aquisição parcelada de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar destinados ao suprimento e abastecimento do Programa de Alimentação Escolar da Rede Pública de Ensino da Prefeitura Municipal de Maués/AM, de interesse da Secretaria Municipal Educação, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

INFORMAÇÕES GERAIS	
Processo Administrativo: 20262003.0002.02.004	
Área Demandante: Secretaria Municipal de Educação	
Responsável pela Formalização da Demanda: FREDY VERAS DOS SANTOS	
E-mail: semed@maues.am.gov.br	Matrícula Funcional: 11.439

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (alínea “a” do Inciso XXIII, Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/21)

- 1.1. Contratação de Agricultor Familiar e/ou Empreendedor Familiar Rural, para aquisição parcelada de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar destinados ao suprimento e abastecimento do Programa de Alimentação Escolar da Rede Pública de Ensino da Prefeitura Municipal de Maués/AM, de acordo com as condições,



Estado do Amazonas

PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

Folhas: _____
Visto: _____

quantidades e exigências estabelecidas.

1.2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (alínea “b” do Inciso XXIII, Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/21.

- 1.3. A aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para a merenda escolar da rede municipal de ensino da Prefeitura Municipal de Maués é uma medida essencial para a promoção da saúde, desenvolvimento integral dos alunos e cumprimento das diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar, coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação tem como atribuição transferir, de forma suplementar, recursos financeiros aos municípios, garantindo a continuidade do Programa Nacional de Alimentação Escolar, que visa a oferta de uma alimentação adequada e saudável aos estudantes da educação básica.
- 1.4. A presente aquisição tem como objetivo atender às ações de educação alimentar e nutricional de todos os alunos matriculados na rede pública municipal da zona urbana do município, respeitando os hábitos alimentares como expressões culturais regionais e nacionais. A promoção de hábitos alimentares saudáveis desde cedo é crucial para prevenir doenças e melhorar o desempenho escolar. O fornecimento de uma merenda escolar equilibrada, com alimentos frescos e diversificados, é um dos pilares para o bom desenvolvimento físico e cognitivo dos estudantes, especialmente para os alunos da educação básica do município. Além disso, a aquisição de alimentos da agricultura familiar possibilita a introdução de cardápios mais saudáveis e adequados, promovendo as alterações necessárias nas refeições e ajustando-as às necessidades nutricionais dos alunos. A presença desses alimentos, como frutas, legumes, hortaliças, cereais e proteínas, enriquece as refeições, garantindo a ingestão de nutrientes essenciais que são fundamentais para o desenvolvimento físico e mental.
- 1.5. A agricultura familiar desempenha um papel fundamental no abastecimento alimentar do Brasil, especialmente em regiões mais distantes dos grandes centros urbanos. Caracterizada por pequenas propriedades e uma maior inclusão de agricultores, a agricultura familiar oferece produtos diferenciados pela sua qualidade, respeitando a



PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

sazonalidade e as particularidades locais. Sua relevância também se destaca pela geração de renda e melhoria das condições de vida das famílias que vivem no campo, nas vilas, etc, promovendo a sustentabilidade econômica e social dessas comunidades. No contexto da Prefeitura de Maués, a compra de produtos da agricultura familiar estimula a economia local, contribuindo diretamente para o desenvolvimento rural e para a manutenção da qualidade de vida de pequenos produtores. A inclusão desses produtores no fornecimento de alimentos para a merenda escolar fortalece o ciclo econômico regional e permite uma oferta contínua de alimentos frescos e saudáveis para as escolas.

- 1.6. A Lei nº 15.226/2025 de 30 de setembro de 2025 que altera a lei nº 11.947, de 16/07/2009, em seu Art. 14, inova ao estabelecer que no mínimo 45% dos repasses financeiros do FNDE para o PNAE sejam destinados à compra de produtos da agricultura familiar. Esta regra, regulamentada pela Resolução CD/FNDE nº 04 de 26 de fevereiro de 2026 em seu Art. 29, garante que a alimentação escolar seja composta por produtos locais, frescos e nutritivos. O cumprimento dessa legislação é essencial para assegurar a qualidade nutricional dos alimentos oferecidos aos alunos e fortalecer o papel da agricultura familiar como fornecedora de insumos para o programa. A aquisição desses gêneros alimentícios se apresenta, portanto, como uma ação de grande interesse público, uma vez que impacta positivamente a saúde dos estudantes, contribui para o desempenho escolar e apoia a economia local. Ao assegurar que os cardápios sejam adaptados às necessidades nutricionais das crianças, o município cumpre com sua responsabilidade de proporcionar uma alimentação adequada, promovendo o crescimento e o desenvolvimento saudáveis dos alunos.
- 1.7. A não aquisição dos gêneros alimentícios pode acarretar uma série de prejuízos à rede municipal de ensino. Primeiramente, a interrupção no fornecimento regular da merenda escolar pode comprometer o desenvolvimento dos estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social, para quem a merenda escolar muitas vezes representa a principal refeição do dia. Isso pode resultar em uma piora no desempenho escolar, aumento da evasão e queda nos índices de aprendizagem. Além disso, o não cumprimento da legislação que exige a compra de pelo menos 45% dos alimentos da agricultura familiar pode levar a penalidades para o município, além de comprometer o

**PREFEITURA DE MAUÉS**

Poder Executivo Municipal

desenvolvimento econômico das famílias que dependem desse programa para escoar sua produção. Isso também representaria uma perda significativa para a economia local e para a promoção de práticas agrícolas sustentáveis, prejudicando os pequenos produtores rurais.

- 1.8. Dessa aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar para a merenda escolar das escolas situadas na sede do município e adjacentes, portanto, uma ação estratégica que vai além do simples fornecimento de alimentos. Ela promove o desenvolvimento saudável dos alunos, fortalece a economia local, atende às exigências legais e promove a sustentabilidade. A alimentação escolar de qualidade, composta por produtos frescos e nutritivos, é uma ferramenta poderosa para garantir o bem-estar das crianças e adolescentes, assegurar a permanência dos alunos na escola na rede pública municipal de ensino de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Maués, através da Secretaria Municipal de Educação.
- 2.1. **CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- 2.2. **LEI FEDERAL Nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.
- 2.3. **LEI FEDERAL Nº 14.133, de 01 de abril de 2021.** Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- 2.4. **LEI FEDERAL Nº 15.226/2025,** de 30 de setembro de 2025.
- 2.5. **Resolução CD/FNDE Nº 04, 26 de fevereiro de 2026.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.



Estado do Amazonas

PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

3. PLANILHA DESCRITIVA DOS ITENS (alínea “a” do Inciso XXIII, Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/21)

Ord	Item	Descrição/Especificação	Unid.	Quant.	Valor/Unit.
1	ABACAXI	In natura, maduro, com peso mínimo de 1 kg por unidade, de sabor agradável ao paladar, em estágio médio de amadurecimento. Não serão aceitos podridão e danos por praga.	Kg	3.000	R\$ 8,52
2	AÇAÍ	Pronto para o consumo- Produto não fermentado, não alcóolico, não contém glúten e sem aditivos químicos de qualquer natureza. Embalagem de 1 litro.	Litro	500	R\$ 18,08
3	ALFACE	In natura, maço completo, unidade média com aproximadamente 200g, produtos limpos, classificados, livres de ferimentos, livre de danos por pragas, fungos e manchas, próprio para o consumo humano.	Maço	2.000	R\$ 4,89
4	BANANA BRANCA	In natura, em pencas, devendo ser bem desenvolvida e madura, em embalagem apropriada em embalagem de uso tradicional da comunidade que conserve a banana e não amasse.	Kg	4.000	R\$ 10,35
5	BANANA PACOVÃ	In natura, em pencas, devendo ser bem desenvolvida e madura, em embalagem de uso tradicional da comunidade que conserve a banana e não amasse.	Kg	4.000	R\$ 12,43
6	BANANA PRATA	In natura, em pencas, devendo ser bem desenvolvida e madura, em embalagem apropriada em embalagem de uso tradicional da	Kg	4.000	R\$ 10,00



Estado do Amazonas

PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

		comunidade que conserve a banana e não amasse.			
7	CHEIRO VERDE	In natura, completo (coentro, cebolinha e chicória) distribuído proporcionalmente em maço, com no mínimo 100g, livre de fungos, sem traços de descoloração ou manchas, e em embalagem de plástico.	Maço	2.500	R\$ 4,74
08	COUVE	In natura, vegetal com folhas grandes e lisas, maço perfazendo no mínimo 100g, livre de fungos, sem traços de descoloração ou manchas, e em embalagem de plástico.	Maço	2.500	R\$ 4,43
09	JERIMUM	In natura, regional, devendo ser bem desenvolvido e maduro, de tamanho pequeno, médio e grande.	Kg	2500	R\$ 6,23
10	LARANJA	In natura, regional, devendo ser bem desenvolvida e madura, de sabor agradável ao paladar, pronta para o consumo humano, em embalagens apropriadas.	Cento	500	R\$ 83,33
11	LIMÃO	In natura, regional, maduro, devendo ser bem desenvolvido, de tamanho pequeno a médio. pronta para o consumo humano, em embalagens apropriadas.	Kg	720	R\$ 7,08
12	MACAXEIRA	In natura, de 1ª qualidade, devendo ser bem desenvolvida, de tamanho médio a grande, livre de fungos ou manchas.	Kg	4.000	R\$ 6,09
13	MAMÃO	In natura, regional, devendo ser bem desenvolvido e maduro. Não serão aceitos com fungos, amassados ou	Kg	4.500	R\$ 7,26



Estado do Amazonas

PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

		com ferimentos. Entrega em caixotes de plástico ou madeira.			
14	MAXIXE	In natura, produtos limpos, classificados, livres de ferimentos, livres de pragas e doenças, próprio para o consumo humano, acondicionado em embalagem apropriada.	Kg	900	R\$ 9,69
15	MELANCIA	In natura, 1ª qualidade, devendo ser bem desenvolvida, madura e agradável ao paladar, com peso não inferior a 7kg por unidade. Não serão aceitas com podridão, queimada de sol grave, oca, deformação grave, polpa branca, ferimentos, passada, imatura.	Kg	3000	R\$ 5,45
16	PIMENTA DE CHEIRO	In natura, boa qualidade, devendo ser bem desenvolvidos, livre de podridão e fungos. Fornecimento de	Kg	360	R\$ 17,01

- 3.1. Estimou-se as quantidades a serem contratadas com base em demonstrativos de consumo dos exercícios anteriores, aplicando-se uma margem de segurança de acordo com a quantidade de alunos matriculados no ano letivo vigente, sazonalidade e distribuição das escolas da zona urbana do município de Maués. Essa metodologia visa prevenir a falta de insumos e garantir o atendimento à demanda, considerando possíveis variações no consumo acima da média.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (alínea “d” do Inciso XXIII, Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/21)

- 4.1. Os Gêneros Alimentícios deverão ser de primeira qualidade, deverão estar na **CONDIÇÃO DE**



Estado do Amazonas

PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

Folhas: _____
Visto: _____

“IN NATURA” e APTOS PARA O CONSUMO HUMANO, sendo **VEDADA** a comercialização de produtos de qualidade e especificação inferior àquelas contidas neste instrumento e demais documentos vinculados.

4.2. Padrões de Qualidade, Confiabilidade e Sustentabilidade

- 4.2.1. Os Gêneros Alimentícios deverão ser de primeira qualidade, atendendo ao disposto na legislação de alimentos com características de cada produto, estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Ministério da Agricultura/Pecuária e Abastecimento e pelas Autoridades Sanitárias Locais para cada gênero descrito conforme tabela de especificação e quantidades e registro no órgão fiscalizador quando couber.
- 4.2.2. Normas do MAPA: No caso de produtos agropecuários, como polpas de frutas, os padrões são definidos pelo MAPA, conforme a Instrução Normativa nº 37/2018, que trata das especificações para polpas e néctares de frutas.
- 4.2.3. Os fornecedores devem ser agricultores familiares ou empreendedores familiares rurais, devidamente cadastrados e aptos a fornecer os gêneros alimentícios especificados, conforme as exigências do PNAE.
- 4.2.4. Os fornecedores devem comprovar a origem dos produtos por meio de documentos como Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), atestando que os alimentos são provenientes de produtores ou empreendedores familiares e produtos como frutas e hortifrutis perecíveis devem seguir os requisitos do Programa de Alimentos Seguros (PAS) e possuir certificados que comprovem o cumprimento das normas de boas práticas agrícolas e de manipulação de alimentos.
- 4.2.5. Os produtos devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.3. DOCUMENTAÇÃO LEGAL:

- 4.3.1. Os licitantes participantes interessados em firmar vínculo com a Prefeitura de Maués/AM deverão apresentar documentos suficientes para cumprimentos dos requisitos definidos nesse termo de referência e edital, incluindo registro empresarial/ Registro Comercial da pessoa jurídica, adequado ao tipo de organização qualquer que



PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

seja (associações e cooperativas), regularidade, jurídica, fiscal, social, cumprimento das leis trabalhistas e ainda aqueles referentes e dentro dos prazos estabelecidos.

4.3.2. FORNECEDORES INDIVIDUAIS: Agricultores familiares não organizados em grupos:

4.3.2.1. Documento de identificação civil;

4.3.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;

4.3.2.3. Extrato da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP/CAF física) do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

4.3.2.4. Documentação comprobatória de Serviço de Inspeção, podendo ser municipal, estadual ou federal, para os produtos de origem animal, se for o caso; e

4.3.2.5. Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda.

4.3.3. GRUPO INFORMAIS: Agricultores familiares organizados em grupos informais, os documentos devem ser apresentados de cada agricultor participante do grupo:

4.3.3.1. Documento de identificação civil;

4.3.3.2. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF de todos os componentes do grupo;

4.3.3.3. Extrato da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP /CAF física) do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

4.3.3.4. Documentação comprobatória de Serviço de Inspeção, podendo ser municipal, estadual ou federal, para os produtos de origem animal, se for o caso; e

4.3.3.5. Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda.

4.3.4. GRUPO FORMAIS: Agricultores familiares organizados em grupos formais, ou seja, Cooperativas e Associações de Agricultores devidamente formalizadas.

4.3.4.1. Registro Comercial da pessoa jurídica, adequado ao tipo de organização qualquer que seja, em se tratando de cooperativas e associações, Estatuto Social e Ata de Fundação acompanhado de todas as alterações, inclusive de posse da atual diretoria da entidade,



PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

registrado na Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, em se tratando de empreendimentos familiares, Contrato Social acompanhado de todas as alterações ou consolidação, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede.

- 4.3.4.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 4.3.4.3. Extrato da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP jurídica) para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;
- 4.3.4.4. Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta 1.751, de 2 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 4.3.4.5. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos;
- 4.3.4.6. Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos;
- 4.3.4.7. Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, conforme dispõe a alínea “a” do Art. 27 da Lei Federal nº 8.036/90, e as alterações trazidas pela Lei Federal nº 9.467/97;
- 4.3.4.8. Prova de Inexistência de Débitos Inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 4.3.4.9. Documentação comprobatória de Serviço de Inspeção, podendo ser municipal, estadual ou federal, para os produtos de origem animal, se for o caso; e
- 4.4. Declaração da Associação ou Cooperativa, firmada pelo seu representante, de que não emprega menor, em cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.



Estado do Amazonas

PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

Folhas: _____
Visto: _____

4.5. DAS AMOSTRAS

- 4.6. A Prefeitura de Maués/AM se reserva a faculdade da exigência de amostra dos produtos selecionados dos detentores dos menores preços de cada item provisoriamente classificados. Entretanto, os produtos deverão ser de qualidade inquestionável, devendo estar em conformidade com a descrição constante neste Termo de Referência, estando ainda sujeitos a amplo teste de qualidade, reservando-se a Administração o direito de rejeitá-los no todo ou em parte, obrigando-se a empresa vencedora a promover suas substituições sem qualquer ônus adicional, sujeitando-se a aplicação das penalidades previstas.

5. MODELO DE GESTÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO (alíneas “e” e “f” do Inciso XXIII, Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/21)

- 5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. As comunicações entre as partes devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
- 5.2. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Prefeitura de Maués/AM, representada pelo órgão solicitante, poderá convocar a futura CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;
- 5.3. Após a assinatura do contrato a futura CONTRATADA deverá executar as tarefas que lhe forem direcionadas dentro do prazo previsto para cada uma delas, se comprometendo a atender as demandas da Administração com prioridade, mantendo fornecimento de material mantendo a qualidade daquele ofertado na Proposta de Preços, priorizando uma gestão colaborativa, com comunicação aberta e transparente com a Prefeitura de Maués/AM e quaisquer outras partes envolvidas;
- 5.4. As partes podem ajustar o escopo, os prazos e os recursos conforme necessários, garantindo que o contrato permaneça relevante e eficaz ao longo do tempo, priorizando



Estado do Amazonas

PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

Folhas: _____
Visto: _____

a entrega de resultados, embora não figure justificativa para atropelamento do processo administrativo, as partes devem trabalhar juntas para alcançar os objetivos do projeto de maneira eficiente e eficaz.

- 5.5. O acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços serão realizados por gestor e fiscalização do contrato, designada pela CONTRATANTE, conforme a Lei Federal nº 14.133/21.
- 5.6. **Requisitos para Execução dos Serviços.**
- 5.6.1. Os produtos serão solicitados de acordo com a necessidade e cronograma quadro de distribuição elaborada pela Secretaria Municipal de Educação, por meio de Ordem de Fornecimento, onde estará especificado o órgão demandante a escola, comunidade e demais informações, e devem ser atendidas no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir do recebimento.
- 5.6.2. O prazo de vigência da contratação decorrente do processo de contratação fundamentado neste Termo de Referência será de 07 (meses) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por igual período na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 5.6.3. Os gêneros alimentícios deverão ser entregues nos locais onde a Secretaria Municipal de Educação, indicar conforme pedido a ser efetuado pela Nutricionista Responsável, no período de junho a dezembro Conforme Mapeamento local.
- 5.6.4. A Secretaria vinculada à Prefeitura de Maués/AM, tem funcionamento definido das 08h00min às 17h00min de segunda à sexta-feira e podem sofrer alterações, as partes devem buscar melhor entendimento para sanar quaisquer dúvidas.
- 5.6.5. As aquisições serão realizadas de forma parcelada, conforme solicitado pela nutricionista da Secretaria Municipal de educação, devendo as entregas serem efetuadas conforme exigência estabelecida no ato da solicitação, não devendo o prazo de entrega ultrapassar o prazo máximo da entrega da solicitação dos produtos.
- 5.6.6. A licitante vencedora, caso necessário indicará um procurador(a), preposto ou representante legal em Maués/AM, que será responsável pelo recebimento e desembarque dos objetos no Porto Fluvial do Município, bem como pelo transporte, acompanhamento, conferência e entrega no local indicado pelo órgão solicitante.



Estado do Amazonas

PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

Folhas: _____
Visto: _____

- 5.6.7. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta
- 5.6.8. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48h (quarenta e oito), a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO (alínea “g” do Inciso XXIII, Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/21)

RECEBIMENTO

- 6.1. O pagamento será realizado até 30 (trinta) dias após a última entrega do mês, através de depósito em conta bancária do contratado, conforme informado no projeto de venda, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, vedada à antecipação de pagamento, para cada faturamento. Os documentos fiscais de que trata este artigo devem ser emitidos em nome da EEx e identificados com o nome do FNDE e do PNAE.
- 6.2. Fica vedado o atraso no pagamento dos (as) contratados (as), uma vez que o repasse do recurso federal realizado pelo FNDE é mensal, salvo atraso desde órgão federal.
- 6.3. Fica vedada a solicitação de documentação aos contratados como condição de pagamento, uma vez que, toda documentação já fora apresentada no procedimento de habilitação.

Nos casos em que o agricultor familiar, o empreendedor familiar rural ou suas organizações ainda não estiverem aptos a receber pagamento por meio de cartão magnético, será permitido à EEx e/ou à UEx realizar transferência bancária, por meio da Conta Cartão PNAE, conforme § 5º, art. 49, da Resolução do FNDE nº 04/2026, (ou aquela que venha a substituí-la).



Estado do Amazonas

PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

Folhas: _____
Visto: _____

7. LIQUIDAÇÃO

- 7.1. Apresentado o documento fiscal ou documento de cobrança correspondente, correrá o prazo para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período, de acordo com procedimento administrativo mantido pela Secretaria Municipal de Finanças.
- 7.2. No Instrumento de Cobrança equivalente deverão constar:
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MAUÉS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**
- Av. Dr. Pereira Barreto, nº 233, bairro Centro – CEP: 69.190-000, Maués/AM**
- 7.3. Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou documento de cobrança correspondente, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.
- 7.4. O documento fiscal ou documento de cobrança correspondente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal,
- 7.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE
- 7.6. deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.7. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao CONTRATADO a ampla defesa.
- 7.8. Recebido o documento fiscal ou documento de cobrança correspondente, correrá o prazo para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se o instrumento apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, de acordo com cada caso, quais sejam:
- 7.8.1. Recibo e Requerimento de Pagamento, emitido pela CONTRATADA, datado e



Estado do Amazonas

PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

Folhas: _____
Visto: _____

assinado por representante legal para o ato;

- 7.8.2. Comprovante de Situação Cadastral junto à Receita Federal do Brasil;
- 7.8.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal atestada através de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, compreendendo as contribuições previdenciárias, conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN 1751, de 02 de outubro de 2014, fornecida pela Receita Federal do Brasil, em validade;
- 7.8.4. Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através do Certificado de Regularidade do FGTS emitido pela Caixa Econômica Federal demonstrando a situação regular da proponente, no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, em validade;
- 7.8.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa expedida pelo Tribunal do Trabalho (www.tst.jus.br), em validade;
- 7.8.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da proponente em validade;
- 7.8.7. Prova de inexistência de inscrição de pedidos de falência ou recuperação judicial, mediante apresentação de Certidão Negativa expedida pelo distribuidor da sede da licitante.
- PAGAMENTO**
- 7.9. O pagamento resultante da contratação será efetuado de acordo com as normas da Prefeitura de Maués e com os valores propostos até 30 (trinta) dias corridos após entrega e aceitação documento fiscal ou documento de cobrança correspondente, devidamente atestadas por funcionário que não seja o Ordenador de Despesas.
- 7.10. Os pagamentos serão efetuados, **exclusivamente**, através dos meios de transferências eletrônicas disponibilizadas e homologadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) para o domicílio bancário informado pelo CONTRATADO.
- 7.11. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual ou de apresentação de documentação exigida neste instrumento ou no Termo de Referência ou Nota de Empenho ou em caso de irregularidade fiscal.



Estado do Amazonas

PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

Folhas: _____
Visto: _____

7. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (alínea “h” do Inciso XXIII, Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/21)**

- 7.1. A futura contratada será selecionada por procedimento auxiliar de licitação, sugerindo-se a **CHAMADA PÚBLICA**, definida no Inciso XLIII do Art. 6º e previsto no Inciso I do Art. 78 da Lei Federal nº 14.133/21, na hipótese de contratação **PARALELA E NÃO EXCLUDENTE** definida no Inciso I do Art. 79 da Lei Federal nº 14.133/21.

8. **GARANTIA DE PROPOSTA (Art. 58º da Lei Federal nº 14.133/21)**

- 8.1. Não haverá exigência da garantia de proposta uma vez que o serviço envolve apenas o fornecimento de itens, dispensando o emprego direto de recursos humanos e/ou materiais que não ocasiona responsabilidade subsidiária da Prefeitura de Maués.

9. **ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO (alínea “i” do Inciso XXIII, Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/21)**

- 9.1. A metodologia aplicada para obtenção do preço estimado para esta contratação, obedeceu ao que se refere as disposições contidas na Resolução CD/FNDE nº 04, de 30 de setembro de 2025, onde a utilização dos parâmetros de forma combinada de contratações similares realizadas pela Administração Pública, dados de pesquisa aprovada e mantida pela Poder Executivo Federal e a consulta direta aos fornecedores consolidou a elaboração do Mapa Comparativo de Preços, anexo deste instrumento.
- 9.2. As contratações similares feitas anteriormente pela Administração Pública estavam reunidas no sítio eletrônico de acesso público mantido pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos denominado Painel de Preços e foi consultado pela área demandante como ferramenta para subsidiar o preço estimado para esta contratação em cumprimento ao que prevê os Incisos I e II do Art. 28 da Resolução CD/FNDE nº 04/2026. Entretanto pela ausência de contratações para a totalidade dos itens que se pretende adquirir, buscou-se junto aos fornecedores, em cumprimento ao que dispõe o



Estado do Amazonas

PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

Folhas: _____
Visto: _____

Inciso III do Art. 28 da Resolução CD/FNDE nº 04/2026.

- 9.3. Os Agricultores foram selecionados considerando o histórico de bom desempenho anterior registrado junto à Prefeitura de Maués, além das contratações com objetos similares realizadas pela municipalidade, registre-se também que os orçamentos foram obtidos dentro do espaço de tempo regular de 06 (seis) meses, a fim de assegurar o cumprimento do que se refere o regulamento municipal e a legislação federal aplicável ao caso.
- 9.4. Em que pese a norma municipal prever o uso de métodos estatísticos distintos, a Administração balizou a referida pesquisa utilizando, em regra, a **MÉDIA** de todos os preços coletados, pois partilha do mesmo entendimento do egrégio Tribunal de Contas da União, de que o preço de mercado é mais bem representado por essas medidas, em função de os preços coletados na pesquisa possuírem pequenas variações.
- 9.5. Recebidas e consolidadas as informações constantes nos documentos de Cotação de Preços, foi definido como método para obtenção do preço estimado referente a cada item a média dos valores obtidos na pesquisa de preços, cujo cálculo incidiu sobre o conjunto de preços, logo, tem-se que o custo estimado total da contratação será de **R\$ 351.487,20 (Trezentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e vinte centavos)**, conforme custos unitários apostos no Mapa Comparativo de Preços.

10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (alínea “j” do Inciso XXIII, Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/21)

- 10.1. As despesas decorrentes da aquisição do objeto desta contratação serão cobertas pelos recursos previstos no orçamento para os exercícios abrangidos pelo prazo de validade do Contrato Administrativo cujos programas de trabalho e elemento de despesas específicas serão informados tempestivamente pelo Ordenador de Despesa, a saber:
- Unidade Orçamentária: 02.004 Secretaria Municipal de Educação,
- Projeto/Atividade: 12.361.0062.2011 - Encargos Com o Programa de Merenda Escolar do Ensino Fundamental,



Estado do Amazonas

PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

Elemento de Despesa: 3.3.90.32.00.00.00.00 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita, Fonte de Recursos: 1.552.0000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE),

Fonte de Recursos: 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos,

Unidade Orçamentária: 02.004 Secretaria Municipal de Educação,

Projeto/Atividade: 12.366.0062.2083 - Encargos com o Programa FNDE - PNAE

EJA, Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de consumo,

Fonte de Recursos: 1.552.0000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa, Nacional de Alimentação Escolar (PNAE),

Fonte de Recursos: 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos,

Unidade Orçamentária: 02.004 Secretaria Municipal de Educação,

Projeto/Atividade: 12.366.0062.2084 - Encargos com o Programa FNDE - PNAE

AEE Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de consumo,

Fonte de Recursos: 1.552.0000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE),

Fonte de Recursos: 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos,

Unidade Orçamentária: 02.004 Secretaria Municipal de Educação

Projeto/Atividade: 12.365.0070.2085 - Encargos com o Programa FNDE - PNAE

Creche Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de consumo

Fonte de Recursos: 1.552.0000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Fonte de Recursos: 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos



Estado do Amazonas

PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

Folhas: _____
Visto: _____

Unidade Orçamentária: 02.004 Secretaria Municipal de Educação

Projeto/Atividade: 12.365.0070.2087 - Encargos com o Programa FNDE - PNAE Pré-

Escola Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de consumo

Fonte de Recursos: 1.552.0000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Fonte de Recursos: 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Unidade Orçamentária: 02.004 Secretaria Municipal de Educação

Projeto/Atividade: 12.361.0062.2088 - Encargos com o Programa FNDE - PNAE MAIS EDUCAÇÃO-FUNDAMENTAL

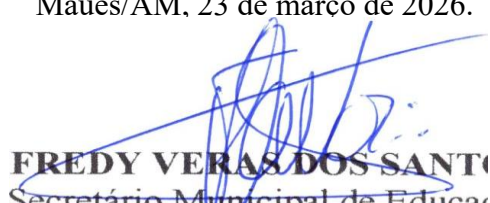
Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de consumo,

Fonte de Recursos: 1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos.

11. RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO E SUPERVISÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

11.1. O presente termo de referência foi elaborado, inicialmente, pela Secretaria Municipal de Educação, contendo todas as informações necessárias para dar início ao processo de contratação, sendo posteriormente objeto de aprovação por parte da Assessoria Técnica e adequação e formatação de acordo com a padronização de documentos instituída pela Controladoria Geral do Município.

Maués/AM, 23 de março de 2026.


FREDY VERAS DOS SANTOS
Secretário Municipal de Educação
Educação Decreto Municipal
nº 043/2025



Folhas: _____
Visto: _____

Estado do Amazonas

PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

ANEXO-XI- QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS POR ESCOLAS DA ZONA URBANA

ANEXO-XI- QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS POR ESCOLAS DA ZONA URBANA																					
LOCAL DE ENTREGA				ESCOLAS DA ZONA URBANA														NÚMEROS DE ALUNOS MATRICULADOS POR ESCOLA		LOCAL DE ENTREGA	
ESCOLAS DA ZONA URBANA				CENTRO EDUCACIONAL BATISTA EMANUEL	FRANCISCO CANINDÉ CAVALCANTE	JANDIRA MC COMB	LIVRO ABERTO	SALUM DE ALMEIDA	NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	CENTRO EDUC. JARDIM IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA	SANTINA PRADO DE NEGREIROS	TURMA DA Mônica	INST. EDUC. BOAS NOVAS	CRECHE MUNIC. RDO DE OLIVEIRA LEITE	CRECHE MUNIC. GUIHLERME EURY	CRECHE MUNIC. RAIMUNDA MARTINS	JARDIM FRATERNIDADE	SOMATÓRIA TOTAL DOS ALUNOS			
NÚMEROS DE ALUNOS MATRICULADOS POR ESCOLA				302	651	559	165	394	92	180	194	260	280	693	228	489	174	4661	SOMATÓRIA TOTAL DOS ALUNOS		
ITEM	PRODUTO	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE DE ALIMENTOS A FORNECER POR ESCOLA														Total geral	PERÍODO DE ENTREGA		
01	ABACAXI	In natura, maduro, com peso mínimo de 1 kg por unidade, de sabor agradável ao paladar, em estágio médio de amadurecimento. Não serão aceitos podridão e danos por praga.	Kg	250	350	250	250	300	100	100	100	200	200	360	140	300	100	3.000	PERÍODO DE ENTREGA		
02	AÇAÍ	Pronto para o consumo- Produto não fermentado, não alcóolico, não contém	Litro	20	20	20	50	100	10	10	20	20	20	100	20	80	10	500	PERÍODO DE ENTREGA		



Folhas: _____
Visto: _____

Estado do Amazonas

PREFEITURA DE MAUÉS

Poder Executivo Municipal

		glúten e sem aditivos químicos de qualquer natureza. Embalagem de 1 litro.																		X
03	ALFACE	In natura, maço completo, unidade média com aproximadamente 200g, produtos limpos, classificados, livres de ferimentos, livre de danos por pragas, fungos e manchas, próprio para o consumo humano.	Maço	200	200	200	200	200	50	100	100	100	100	250	70	150	80	2.000		X
04	BANANA BRANCA	In natura, em pencas, devendo ser bem desenvolvida e madura, em embalagem apropriada em embalagem de uso tradicional da comunidade que conserve a banana e não amasse.	Kg	300	350	300	300	400	200	200	200	300	300	400	200	350	200	4.000		X
05	BANANA PACOVÃ	In natura, em pencas, devendo ser bem desenvolvida e madura, em embalagem de uso tradicional da comunidade que conserve a banana e não amasse.	Kg	300	350	300	300	400	200	200	200	300	300	400	200	350	200	4.000		X
06	BANANA PRATA	In natura, em pencas, devendo ser bem desenvolvida e madura, em embalagem apropriada em embalagem de uso tradicional da comunidade que conserve a banana e não amasse.	Kg	300	350	300	300	400	200	200	200	300	300	400	200	350	200	4.000		X
07	CHEIRO VERDE	In natura, completo (coentro, cebolinha e chicória) distribuído proporcionalmente em maço, com no mínimo 100g, livre de fungos, sem traços de descoloração ou manchas, e em embalagem de plástico.	Maço	200	300	200	200	300	100	150	100	150	150	250	150	150	100	2.500		X
08	COUVE	In natura, vegetal com folhas grandes e lisas, maço perfazendo no mínimo 100g, livre de fungos, sem traços de descoloração ou manchas, e em embalagem de plástico.	Maço	200	300	200	200	300	100	150	100	150	150	250	150	150	100	2.500		X
09	JERIMUM	In natura, regional, devendo ser bem desenvolvido e maduro, de tamanho pequeno, médio e grande.	Kg	200	300	200	200	300	100	150	100	150	150	250	150	150	100	2.500		X
10	LARANJA	In natura, regional, devendo ser bem desenvolvida e madura, de sabor agradável ao paladar, pronta para o	Cento	20	20	20	50	100	10	10	20	20	20	100	20	80	10	500		



Folhas: _____
Visto: _____

Estado do Amazonas
PREFEITURA DE MAUÉS
Poder Executivo Municipal

		consumo humano, em embalagens apropriadas.																	X
11	LIMÃO	In natura, regional, maduro, devendo ser bem desenvolvido, de tamanho pequeno a médio. pronta para o consumo humano, em embalagens apropriadas.	Kg	40	66	54	46	76	36	46	51	51	51	66	41	61	35	720	X
12	MACAXEIRA	In natura, de 1ª qualidade, devendo ser bem desenvolvida, de tamanho médio a grande, livre de fungos ou manchas.	Kg	300	350	300	300	400	200	200	200	300	300	400	200	350	200	4.000	X
13	MAMÃO	In natura, regional, devendo ser bem desenvolvido e maduro. Não serão aceitos com fungos, amassados ou com ferimentos. Entrega em caixotes de plástico ou madeira.	Kg	335	385	335	335	435	225	235	235	335	335	435	235	385	235	4.500	X
14	MAXIXE	In natura, produtos limpos, classificados, livres de ferimentos, livres de pragas e doenças, próprio para o consumo humano, acondicionado em embalagem apropriada.	Kg	62	68	64	71	78	62	45	62	62	66	68	62	68	62	900	X
15	MELANCIA	In natura, 1ª qualidade, devendo ser bem desenvolvida, madura e agradável ao paladar, com peso não inferior a 7kg por unidade. Não serão aceitas com podridão, queimada de sol grave, oca, deformação grave, polpa branca, ferimentos, passada, imatura.	Kg	250	350	250	250	300	80	100	100	200	200	380	140	300	100	3.000	X
16	PIMENTA DE CHEIRO	In natura, boa qualidade, devendo ser bem desenvolvidos, livre de podridão e fungos.	Kg	20	25	25	40	55	10	20	20	20	25	30	20	30	20	360	X


Marluce Maciel de Oliveira
CRN 7/4177

Nutricionista RT- Marluce Maciel de Oliveira
CRN 7/ 4177